



RESOLUÇÃO SEI Nº 0018000320/2023 - SAS.UAC.CMAS

Joinville, 14 de agosto de 2023.

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Lei nº 5.622 de 25 de setembro de 2006, alterada pela

Lei nº 8.740, de 01 de outubro de 2019

RESOLUÇÃO Nº 51/2023 - CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme deliberação em reunião ordinária de 08 de agosto de 2023,

Considerando que o CMAS possui atribuições de avaliar, acompanhar e fiscalizar ações em relação à execução da Política Municipal de Assistência Social,

Considerando a Resolução nº 08/2023 - CMAS, que convoca a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, programada para os dias 12 e 13 de julho de 2023, tendo como tema: **“Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”**.

Considerando a realização da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2023, na Unisociesc, em Joinville-SC;

Resolve:

Art. 1º Aprovar e tornar público o Relatório final da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2023.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento possui os anexos SEI nº 0018000889.

Rute Bittencourt

Presidente do CMAS



Documento assinado eletronicamente por **Rute Bittencourt**, **Usuário Externo**, em 15/08/2023, às 08:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0018000320** e o código CRC **67B22D54**.

Rua Presidente Afonso Penna, 840 - Bairro Bucarein - CEP 89202-420 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.065104-6

0018000320v3



Reconstrução do SUAS
o SUAS que
temos e o SUAS
que queremos!

RELATÓRIO FINAL

APRESENTAÇÃO

O tema **“Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”** demandou uma análise sobre a importância da democracia, o desmonte recente do Sistema Único de Assistência social - SUAS, realizado entre 2016 e 2022 e os desafios urgentes e estruturantes. Se coloca como agenda central a reafirmação da Assistência Social como direito, com a definição dos rumos necessários para consolidar o SUAS e a proteção social mais ampla, de modo a legitimar as medidas e reformas necessárias para a construção de um país justo. É preciso, considerando o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026), reconstruir o SUAS, para que este sistema seja capaz de corresponder à agenda humanitária de eliminação da fome, da pobreza, de redução das desigualdades e das desproteções sociais.

No âmbito do SUAS, alguns aprimoramentos precisam ser realizados a curto prazo. É fundamental rever algumas corresponsabilidades e fortalecer o papel dos estados. É uma prioridade para os municípios que o ente estado assuma fortemente seu papel no SUAS, sem programas paralelos e pontuais, com financiamento e ações adequadas às corresponsabilidades. A regularidade no financiamento e o princípio das corresponsabilidades, também é uma exigência para os estados.

Além das emergências orçamentárias é preciso garantir revisão de custos, com um plano nacional de revitalização das unidades públicas, absolutamente sucateadas nos últimos anos. É necessário regularizar o cofinanciamento pactado em 2015 e iniciar um novo pacto de aprimoramento; ampliar, garantir regularidade nos repasses e aprimorar critérios dos incentivos de Gestão do SUAS e do Programa Bolsa Família. Nesse sentido, é imprescindível regulamentar a vinculação de recursos nas três esferas de governo, com a aprovação da PEC 383/17.

A partir dos parâmetros do II Plano Decenal de Assistência Social (2016/2026), reforça-se a importância da assistência social, a partir da diretriz da universalidade, para o enfrentamento das desigualdades, com integralidade de direitos e proteções. Trata-se de uma política central para a viabilização do acesso aos benefícios, proteção não contributiva que complementa ou substitui renda; proteção, cuidado e tutela em situações de direitos violados; desenvolvimento de projetos de vida, convivência e proteção no âmbito dos serviços, com acesso a demais direitos; visibilidade das desigualdades, vulnerabilidades e desproteções ócio territoriais; atuação intersetorial para a garantia dos direitos e da proteção social nas cidades, no campo e em territórios indígenas e tradicionais. É fundamental, assim, a retomada da capacidade de o Estado prover serviços e benefícios, proteção e cuidado, com integração de políticas públicas e direitos, visando a prevenção e a interrupção de violações, de ciclos de pobreza, com efetiva redução das desigualdades; identificação e fomento de potencialidades territoriais; a implementação de reformas e políticas que combinem eliminação das desigualdade, governança democrática e participação deliberativa, o que implica

financiamento público adequado às coberturas planejadas; ações transformadoras de vidas, com impactos positivos nos territórios, no campo e na cidade, na direção da emancipação humana.

A 13ª Conferência Municipal de Joinville viabilizou um debate profundo e republicano sobre o contexto e permitiu a construção colaborativa de deliberações que fortalecem o SUAS no município e o pacto federativo com demais entes federados.

O presente relatório registra este importante momento de contribuição do município para a reconstrução do SUAS no Brasil, na direção de cidades humanamente diversas e socialmente justas.

I – Registro do processo da Conferência Municipal de Assistência Social em 2023

Informações gerais da Conferência:

Nome do Município	Joinville
UF	SC
Código do IBGE	4209102
Porte do Município	Grande porte
Identificação da Conferência	Conferência Municipal de Assistência Social
Data da realização	12/07/2023
Data do término	13/07/2023
Total de horas de realização	18 horas
Local da realização	UNISOCIESC - Rua Gothard Kaesemodel, 833 - Joinville/SC

Número total de participantes	289
Subtotal - marcadores sociais das/os participantes	<p>Raça/cor Total de pretos: 10 Total de pardos: 44 Total de Brancos: 147 Total de Amarelos: 1 Total de Indígenas: 1 Total não informado: 86</p> <p>Gênero Total de feminino: 173 Total de masculino: 31 Total de outro: 0 Total não informado: 85</p> <p>Faixa Etária/Ciclo de vida Total de Adolescentes (12 a 17 anos): 4 Total de Jovens (18 a 29 anos): 26 Total de Adultos (30 a 59 anos): 156 Total de Pessoas Idosas (acima de 60): 15 Total não informado: 88</p> <p>Especificidades de públicos Total de pessoas pertencentes a Povos originários e Comunidades tradicionais: 13 Total de Pessoas com Deficiência: 5 Total de Pessoas em Situação de Rua: 2 Total de Migrantes: 3 Total de Refugiados: 1 Total de pessoas LGBTQIAPN+: 9 Outras especificidades: 0</p>

II – Quantitativo de Delegados da Conferência Municipal de Assistência Social por categoria:

Governamental	Não governamental		
	Usuárias/os	Trabalhadoras/es	Entidades
173	45	31	22

Obs: Espectador (Assessor Parlamentar, vereador, Penitenciária, estudantes, sindicato) = 9
 Não identificado: 9

III – Quantitativo de pessoas envolvidas com a organização e a realização da Conferência Municipal de Assistência Social:

Caracterização	Quantitativo
Conselhos (conselheiras/os e profissionais vinculados ao Conselho)	15
Órgão gestor da Assistência Social (gestora/gestor e profissionais vinculados)	18
Prestadores de serviços (empresas, profissionais contratadas/os especificamente para esta finalidade)	08
Sociedade civil (associações, clubes, ONG´s, OSCIP´s, etc)	00
Outros (coffebreak)	05

IV – Eventos de mobilização e preparação que antecederam a Conferência Municipal de Assistência Social:

Caracterização	Quantitativo
Encontros preparatórios	17
Palestras ou debates públicos	00
Lives	00
Encontros preparatórios com usuárias/os	13
Outras formas (contatos telefônicos, orientações, conversas e pré-conferências nos equipamentos públicos)	40

V – Quantidade de pessoas que participaram dos eventos de mobilização e preparação que antecedem a Conferência Municipal de Assistência Social:

Tipo de evento de mobilização e preparação	Total de participantes
Encontros preparatórios	122
Palestras ou debates públicos	00
Lives	00
Encontros preparatórios com usuárias/os	167
Outras formas (contatos telefônicos, orientações, conversas e pré-conferências nos equipamentos públicos)	40

VI – Ato de convocação da Conferência Municipal de Assistência Social:

Resolução SEI nº 0016208882/2023 - SAS.UAC.CMAS

VII – Programação da Conferência Municipal de Assistência Social:

12/07/2023	
08:00	Recepção e credenciamento
08:30	Abertura
09:00	Leitura e Aprovação do Regimento Interno
09:30	Palestra Magna “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!” Profª Drª Jucimeri Silveira
11:00	Debate
11:30	Painel “Panorama da cobertura e do desenvolvimento do SUAS em Joinville” - Secretária de Assistência Social de Joinville, Fabiana Cardozo; Profª Drª Jucimeri Silveira
12:30	Almoço

13:30	<p>Grupos de trabalho</p> <p>Eixo 1 - Financiamento Dr^a Denise Colin</p> <p>Eixo 2 - Controle Social Ma. Daraci dos Santos</p> <p>Eixo 3 - Articulação entre os Segmentos Ma. Márcia Oliveira</p> <p>Eixo 4 - Serviços, Programas e Projetos Dr^a Jucimeri Silveira</p> <p>Eixo 5 - Benefícios e Transferência de Renda Ma. Raquel Barcelos</p>
17:30	Encerramento
13/07/2023	
08:00	Recepção
08:30	Apresentação cultural
08:45	<p>Plenária Final</p> <ul style="list-style-type: none"> - Votação das Propostas - Apresentação das moções
10:00	Intervalo
10:20	Escolha de delegados
11:00	Encerramento

VIII – Registro dos resultados dos Grupos de Trabalho na Conferência Municipal de Assistência Social:

Eixo 1 - Financiamento:

Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país.

PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	
1	Realização de concurso público municipal para recomposição e ampliação das equipes, no prazo de no máximo 2 anos, incluindo na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO de 2025, com instituição de sistema de cotas voltadas aos povos originários, à população negra, às pessoas com deficiência, às pessoa LGBTQIAPN+, visando desprecarizar as condições de trabalho, especialmente quanto à contratação temporária e utilização para suprir a falta de profissionais; qualificar as Unidades Públicas; implantar plano de carreira, cargos e salários e plano de educação permanente, adequados ao SUAS; regulamentar padrões de qualidade; e assegurar equipamentos necessário para a qualidade das ofertas.
2	Expansão e correção dos valores de cofinanciamento do município para todas as organizações e entidades de assistência social que prestam serviços socioassistenciais e são inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.
3	Realização de estudos das demandas, com base nos indicadores e no custo dos serviços, para cobertura da proteção social e ampliação da qualidade do atendimento.
4	Ampliação dos valores do auxílio-alimentação compatível com o custo da cesta básica.
5	Ampliação de valor para cofinanciamento dos serviços de Famílias Acolhedoras para crianças e adolescentes com deficiência.
PRIORIDADES PARA O ESTADO	
1	Correção dos valores e regularidade do cofinanciamento do Estado de Santa Catarina, com ampliação de cobertura dos serviços e dos benefícios eventuais, conforme diagnóstico elaborado pela vigilância socioassistencial.
PRIORIDADES PARA A UNIÃO	

1	Aprovação da PEC nº 383/2016, com reajuste automático, tendo como critério de partilha dos recursos o número de habitantes, a realidade regional, o custo dos serviços, a cobertura do atendimento e a existência de serviços não cofinanciados, acompanhada de alteração legislativa do percentual de gastos com pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), na qual a Assistência Social é reconhecida como serviço essencial.
2	Extinção da Emenda Constitucional nº 95/2016 (teto dos gastos) e da Portaria nº 2362/2019 (equalização das transferências de recursos federais – FNAS).
3	Manutenção do valor de referência de um salário-mínimo para o benefício de prestação continuada – BPC e garantia de renda familiar do novo programa Bolsa Família.

Eixo 2 - Controle Social:

Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas.

PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	
1	Criação de curso de formação de lideranças comunitárias e demais políticas públicas, voltadas para o SUAS, adotando-se metodologias como rodas de conversa, para promover a equidade, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade humana: étnico-racial, LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, migrantes, comunidades rurais, entre outras.
2	Criação de plano de cargos, carreiras e salários, articulado com as organizações de trabalhadores, tais como sindicatos, conselhos de classe (CRP/CRESS) entre outras, que contemple a questão salarial, de acordo com as funções e complexidades das atividades profissionais, jornada de trabalho de 30 horas para todas/os trabalhadores/as do SUAS, critérios de progressão da carreira e para acesso a cargos de gestão, mediante qualificação comprovada (processo seletivo ou eleição), dentre outras questões.
3	Implantação de Plano de Educação Permanente para todos os segmentos do SUAS, considerando a política de assistência social, demais direitos e direitos humanos, com percursos formativos (introdutório, atualização e aperfeiçoamento), conforme preconizado pelas normativas do SUAS e política nacional de educação permanente.

2	Criação de plano de cargos, carreiras e salários, articulado com as organizações de trabalhadores, tais como sindicatos, conselhos de classe (CRP/CRESS) e outras, que contemple a questão salarial, de acordo com as funções e complexidades das atividades profissionais, jornada de trabalho de 30 horas para todos os trabalhadores/as do SUAS, critérios de progressão da carreira e para acesso a cargos de gestão, mediante qualificação comprovada (processo seletivo ou eleição), dentre outras questões.
3	Implantação de Plano de Educação Permanente para todos os segmentos do SUAS, considerando a política de assistência social, demais direitos e direitos humanos, com percursos formativos (introdutório, atualização e aperfeiçoamento), conforme preconizado pelas normativas do SUAS e política nacional de educação permanente.
4	Criação do fórum interconselhos, de todas as políticas setoriais e de direitos humanos, com reuniões descentralizadas, nas unidades territoriais de CRAS e CREAS.
5	Reestruturação da secretaria-executiva do CMAS, ampliando recursos humanos, tecnológicos, espaço físico e outros.
6	Eleição na plenária final uma comissão de monitoramento para acompanhar a execução das deliberações da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, com representantes dos usuários e dos trabalhadores presentes na Conferência, da sociedade civil, sendo que os representantes governamentais devem ser indicados posteriormente pela Gestão e o funcionamento e operacionalização da comissão deve ser realizada pelo CMAS por resolução, o qual também designará conselheiros para compor a referida composição.
PRIORIDADES PARA O ESTADO	
1	Criação de uma política de comunicação do SUAS com a finalidade de promover a compreensão popular acerca da política de assistência social e o reconhecimento dela enquanto direito da/o cidadã/ao e dever do Estado, adotando-se uma linguagem inclusiva e acessível.
PRIORIDADES PARA A UNIÃO	
1	Alteração da composição dos conselhos de assistência social, tendo por base os conselhos de saúde, devendo ficar da seguinte forma: 50% segmento de usuários; 25% segmento dos trabalhadores; 12,5% segmento de entidades e 12,5% segmento governamental, mantendo-se a inexigibilidade.

Eixo 3 - Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	
1	Criação de espaços de discussão permanente e ampliação da participação de trabalhadoras/es e usuárias/os em reuniões de articulação nos territórios de CRAS, com garantia de acessibilidade e horários compatíveis. Criação, também, de plano de comunicação, para que possam conhecer os conteúdos produzidos nas conferências e de outros eventos da assistência social, com presença de representantes de cada segmento, sendo disponibilizado um facilitador, visando acompanhamento e monitoramento das deliberações.
2	Fomento e articulação para a organização dos coletivos de lideranças das/os usuárias/os para discussão permanente dos direitos sociais com as diversas políticas setoriais, na perspectiva de garantir a capacitação às lideranças comunitárias e usuárias/os, com os diversos coletivos (Movimento Negro Maria Laura, Coletivo Dengo e demais movimentos sociais) e o COMPIR, contemplando discussões sobre os impactos do racismo estrutural, da desigualdade de gênero, do capacitismo e outras formas de opressão e violação dos direitos, por meio de encontros, seminários, oficinas, palestras, rodas de conversa e meios de comunicação com a população, e sistemático mapeamento dos principais movimentos sociais dos segmentos LGBTQIAPN+ e das mulheres, para ampliação das políticas públicas.
3	Implementação de um sistema de informação compartilhado entre as políticas intersetoriais referente aos usuários com vias de garantir o acesso às ações articuladas.
4	Fortalecimento, garantia e ampliação nos CRAS da gestão participativa do território junto a diferentes segmentos, forças sociais e representantes governamentais das políticas intersetoriais em espaços descentralizados de discussão dos direitos sociais.
5	Fomento, apoio e garantia da criação de fóruns de usuários e/ou trabalhadores do SUAS.
6	Articulação com a Secretaria de Educação para inserção dos direitos socioassistenciais na grade curricular das/os alunas/os.
7	Articulação com as políticas de educação e trabalho e renda para fomento à capacitação, acompanhamento e inserção no mercado de trabalho.

8	Asseguramento de espaço específico nas agendas dos equipamentos governamentais para realização de educação permanente.
9	Acompanhamento dos usuários inseridos no mercado de trabalho através do Programa ACESSUAS Trabalho (articulação entre CRAS, CEPAT, Empresas).
10	Fomento a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa LGBTQIAPN+.
PRIORIDADES PARA O ESTADO	
1	Garantia de cofinanciamento do governo estadual para os municípios articulem e fomentem políticas voltadas aos diferentes segmentos (mulher, migrante, criança, adolescentes, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, étnico raciais, entre outros).
2	Fomento, apoio e garantia na participação de fóruns de usuários e/ou trabalhadores do SUAS.
PRIORIDADES PARA A UNIÃO	
1	Garantia de cofinanciamento do governo federal para os municípios articularem políticas entre os diferentes segmentos (mulher, migrante, criança, adolescentes, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, étnico-raciais).
2	Promoção de interlocução entre a Assistência Social, Saúde, Educação e demais políticas públicas para aperfeiçoamento e garantia da efetivação dos direitos socioassistenciais, além de criação de um fluxo de comunicação para que estas informações cheguem de forma clara e acessível ao usuário.
3	Fomento, apoio e garantia da participação de fóruns de usuários e/ou trabalhadores do SUAS.
4	Criação de projeto de lei para priorização da contratação no mercado de trabalho do público em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Eixo 4 - Serviços, Programas e Projetos:

Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS.

PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO

1	Ampliação da cobertura de unidades públicas (CRAS, CREAS, Centro POP, Centro de Convivência, Centro Dia e Acolhimentos), das respectivas equipes de referência e dos serviços socioassistenciais, conforme diagnóstico produzido pela vigilância socioassistencial, considerando desproteções e as diversidades, assim como garantir a primazia das ofertas públicas a exemplo da Casa Abrigo Viva Rosa, e a regulamentação de padrões de qualidade.
2	Implantação de um programa municipal de superação da fome, com fortalecimento, ampliação e/ou instalação de equipamentos de segurança alimentar e nutricional, especialmente restaurantes populares (descentralizados), hortas comunitárias, banco de alimentos, cozinhas comunitárias, programa de aquisição de alimentos, como forma de potencializar a integração entre serviços e benefícios e a atuação intersetorial
3	Fortalecimento de ações de proteção social e implantação de um Programa Municipal de promoção da inclusão socioeconômica de mulheres em situação de violência e gestantes, com o aprimoramento do programa ACESSUAS e de ações intersetoriais
4	Qualificação das ações e práticas de prevenção e resposta em situações de emergência e calamidade pública, considerando os diversos marcadores sociais (pessoa com deficiência, pessoa idosa, pessoas acamadas, neurodivergentes)
5	Adoção de estratégias e meios que facilitem o acesso da população usuária aos serviços e benefícios, garantindo acessibilidade, especialmente, às pessoas com deficiência, pessoas idosas, povos originários e grupos étnico-raciais.
6	Construção de uma política de comunicação do SUAS, com disseminação de conteúdos em diferentes formatos para orientação e defesa dos direitos, e adoção de estratégias intersetoriais, como formação específica para agentes comunitários
7	Potencialização da participação e do controle social da população usuária, com adoção de metodologias e espaços participativos, como conselhos locais e coletivos/fóruns de usuárias/os
8	Implantação do programa de guarda subsidiada e outras modalidades de proteção social especial

PRIORIDADES PARA O ESTADO

1	Implantação de uma política de educação permanente que aborde conteúdos e metodologias voltadas ao atendimento de migrantes, refugiados e apátridas, povos tradicionais e originários, pessoas com deficiência (especialmente mulheres), pessoas em situação de rua, pessoas idosas (especialmente acamadas), pessoas LGBTQIAPN+ e demais grupos específicos.
2	Garantia de implementação dos serviços regionais de proteção social especial e de serviços voltados a Primeira Infância e demais públicos prioritários da assistência social.
PRIORIDADES PARA A UNIÃO	
1	Expansão de serviços e unidades públicas, assim como a revisão das legislações e normas do SUAS, especialmente a NOB/RH/SUAS, visando a ampliação da proteção social, a regulamentação de novos serviços socioassistenciais ou híbridos, a retomada de programas descontinuados (Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI e Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS), o reordenamento do Programa Primeira Infância no SUAS e o fortalecimento da atuação intersetorial com a política de Segurança Alimentar e Nutricional, com devido cofinanciamento.
2	Implantação de ferramentas de unificação de informações cadastrais de atendimento e sistemas, preservando o sigilo profissional, e o lançamento do cartão do usuário do SUAS para desburocratizar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais.

Eixo 5 - Benefício e transferência de renda:

A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na configuração do SUAS.

PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	
1	Ampliação das equipes do Cadastro Único com profissionais concursados para cadastrar e monitorar os benefícios do Benefício de Prestação Continuada - BPC e do Programa Bolsa Família - PBF e viabilizar o acompanhamento dos beneficiários;
2	Revisão do escalonamento de concessão do benefício eventual Auxílio- Alimentação com o intuito de aumentar o valor atual, tendo como parâmetro o valor da cesta básica;
3	Ampliação da oferta de cursos práticos para geração de renda e autonomia financeira dos usuários (culinária, técnicas de vendas), bem como de oficinas profissionalizantes gratuitas nos territórios de CRAS;

4	Criação de protocolo que garanta às instituições de acolhimento que atendem beneficiários do BPC a administração de seus benefícios para custear as despesas necessárias ao atendimento, considerando as particularidades de cada caso.
PRIORIDADES PARA O ESTADO	
1	Implementação do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Programas de Transferência de Renda e fortalecimento da intersetorialidade para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF e do Benefício de Prestação Continuada – BPC no Sistema Único de Assistência Social.
2	Efetivação da participação do Estado no cofinanciamento de recursos voltados para os Programas de Transferência de Renda e benefícios eventuais.
3	Promoção e financiamento das capacitações aos trabalhadores do SUAS sobre Benefícios e Programas de Transferência de Renda
PRIORIDADES PARA A UNIÃO	
1	Aperfeiçoamento dos critérios de acesso ao Programa Bolsa Família – PBF e ao Benefício de Prestação Continuada – BPC quanto: os diferentes arranjos familiares; as despesas declaradas no Cadastro Único; o critério de renda para recebimento do BPC, conforme previsão na Lei nº 14.176/2021, passando de ¼ para ½ salário-mínimo per capita; e a regulamentação do pagamento do 13º salário para beneficiários do BPC e do PBF.
2	Regulamentação de protocolo que garanta às instituições de acolhimento que atendem beneficiários do BPC à administração de seus benefícios para custear as despesas necessárias ao atendimento, considerando as particularidades de cada caso.
2	Efetivação da participação do Estado no cofinanciamento de recursos voltados para os Programas de Transferência de Renda e benefícios eventuais.

IX – Registro das deliberações da Plenária Final da Conferência Municipal de Assistência Social:

PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO		EIXO
1	Realização de concurso público municipal para recomposição e ampliação das equipes, no prazo de no máximo 2 anos, incluindo na Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2025, com instituição de sistema de cotas voltadas aos povos originários, à população negra, às pessoas com deficiência, às pessoas LGBTQIAPN+, visando desprecarizar as condições de trabalho, especialmente quanto à contratação temporária e utilização para suprir a falta de profissionais; qualificar as Unidades Públicas; implantar plano de carreira, cargos e salários e plano de educação permanente, adequados ao SUAS; regulamentar padrões de qualidade; e assegurar equipamentos necessário para a qualidade das ofertas.	1
2	Expansão e correção dos valores de cofinanciamento do município para todas as organizações e entidades de assistência social que prestam serviços socioassistenciais e são inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.	1
3	Criação de curso de formação de lideranças comunitárias e demais políticas públicas, voltadas para o SUAS, adotando-se metodologias como rodas de conversa, para promover a equidade, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade humana: étnico-racial, LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, migrantes, comunidades rurais, entre outras.	2
4	Criação de plano de cargos, carreiras e salários, articulado com as organizações de trabalhadores, tais como sindicatos, conselhos de classe (CRP/CRESS) entre outras, que contemple a questão salarial, de acordo com as funções e complexidades das atividades profissionais, jornada de trabalho de 30 horas para todas/os trabalhadores/as do SUAS, critérios de progressão da carreira e para acesso a cargos de gestão, mediante qualificação comprovada (processo seletivo ou eleição), dentre outras questões.	2
5	Criação de espaços de discussão permanente e ampliação da participação de trabalhadoras/es e usuárias/os em reuniões de articulação nos territórios de CRAS, com garantia de acessibilidade e horários compatíveis. Criação, de plano de comunicação, para que possam conhecer os conteúdos produzidos nas conferências e de outros eventos da assistência social, com presença de representantes de cada segmento, sendo disponibilizado um facilitador, visando acompanhamento e monitoramento das deliberações.	3

6	Fomento e articulação para a organização dos coletivos de lideranças das/os usuárias/os para discussão permanente dos direitos sociais com as diversas políticas setoriais, na perspectiva de garantir a capacitação às lideranças comunitárias e usuárias/os, com os diversos coletivos (Movimento Negro Maria Laura, Coletivo Dengo e demais movimentos sociais) e o COMPIR, contemplando discussões sobre os impactos do racismo estrutural, da desigualdade de gênero, do capacitismo e outras formas de opressão e violação dos direitos, por meio de encontros, seminários, oficinas, palestras, rodas de conversa e meios de comunicação com a população, e sistemático mapeamento dos principais movimentos sociais dos segmentos LGBTQIAPN+ e das mulheres, para ampliação das políticas públicas.	3
7	Ampliação da cobertura de unidades públicas (CRAS, CREAS, Centro POP, Centro de Convivência, Centro Dia e Acolhimentos), das respectivas equipes de referência e dos serviços socioassistenciais, conforme diagnóstico produzido pela vigilância socioassistencial, considerando desproteções e as diversidades, assim como garantir a primazia das ofertas públicas a exemplo da Casa Abrigo Viva Rosa, e regulamentação de padrões de qualidade.	4
8	Implantação de um programa municipal de superação da fome, com fortalecimento, ampliação e/ou instalação de equipamentos de segurança alimentar e nutricional, especialmente restaurantes populares (descentralizados), hortas comunitárias, banco de alimentos, cozinhas comunitárias, programa de aquisição de alimentos, como forma de potencializar a integração entre serviços e benefícios e a atuação intersetorial.	4
9	Ampliação das equipes do Cadastro Único com profissionais concursados para cadastrar e monitorar os benefícios do Benefício de Prestação Continuada - BPC e do Programa Bolsa Família - PBF, e viabilizar o acompanhamento dos beneficiários.	5
10	Revisão do escalonamento de concessão do benefício eventual Auxílio- Alimentação com o intuito de aumentar o valor atual, tendo como parâmetro o valor da cesta básica.	5
PRIORIDADES PARA O ESTADO		EIXO
1	Correção dos valores e regularidade do cofinanciamento do Estado de Santa Catarina, com ampliação de cobertura dos serviços e dos benefícios eventuais, conforme diagnóstico elaborado pela vigilância socioassistencial.	1

2	Criação de uma política de comunicação do SUAS com a finalidade de promover a compreensão popular acerca da política de assistência social e o reconhecimento dela enquanto direito da/o cidadã/o e dever do Estado, adotando-se uma linguagem inclusiva e acessível.	2
3	Garantia de cofinanciamento do governo estadual para os municípios articularem e fomentem políticas voltadas aos diferentes segmentos (mulher, migrante, criança, adolescentes, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, étnico raciais, entre outros).	3
4	Implantação de uma política de educação permanente que aborde conteúdos e metodologias voltadas ao atendimento de migrantes, refugiados e apátridas, povos tradicionais e originários, pessoas com deficiência (especialmente mulheres), pessoas em situação de rua, pessoas idosas (especialmente acamadas), pessoas LGBTQIAPN+ e demais grupos específicos.	4
5	Implementação do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Programas de Transferência de Renda e fortalecimento da intersetorialidade para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF e do Benefício de Prestação Continuada – BPC no Sistema Único de Assistência Social.	5
PRIORIDADES PARA A UNIÃO		EIXO
1	Aprovação da PEC nº 383/2016, com reajuste automático, tendo como critério de partilha dos recursos o número de habitantes, a realidade regional, o custo dos serviços, a cobertura do atendimento e a existência de serviços não cofinanciados, acompanhada de alteração legislativa do percentual de gastos com pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), na qual a Assistência Social é reconhecida como serviço essencial.	1
2	Alteração da composição dos conselhos de assistência social, tendo por base os conselhos de saúde, devendo ficar da seguinte forma: 50% segmento de usuários; 25% segmento dos trabalhadores; 12,5% segmento de entidades e 12,5% segmento governamental, mantendo-se a inexigibilidade.	2
3	Garantia de cofinanciamento do governo federal para os municípios articularem políticas entre os diferentes segmentos (mulher, migrante, criança, adolescentes, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, étnico-raciais).	3

4	Expansão de serviços e unidades públicas, assim como a revisão das legislações e normas do SUAS, especialmente a NOB/RH/SUAS, visando a ampliação da proteção social, a regulamentação de novos serviços socioassistenciais ou híbridos, a retomada de programas descontinuados (Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI e Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS), o reordenamento do Programa Primeira Infância no SUAS e o fortalecimento da atuação intersectorial com a política de Segurança Alimentar e Nutricional, com devido cofinanciamento.	4
5	Aperfeiçoamento dos critérios de acesso ao Programa Bolsa Família – PBF e ao Benefício de Prestação Continuada – BPC quanto: os diferentes arranjos familiares; as despesas declaradas no Cadastro Único; o critério de renda para recebimento do BPC, conforme previsão na Lei nº 14.176/2021, passando de ¼ para ½ salário-mínimo per capita; e a regulamentação do pagamento do 13º salário para beneficiários do BPC e do PBF.	5

X – Registro da escolha dos Delegados para a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social:

DELEGADOS NÃO GOVERNAMENTAIS

REPRESENTANTES DE TRABALHADORAS/ES DO SUAS:

Titular:

Vladimir Marcos Candido

Suplentes:

Ismaila Diallo

Izonara Batista Carvalho

Elizabeth Maria de Barros

Daniel Vera Euzébio

REPRESENTANTES DE TRABALHADORA/TRABALHADOR DO SUAS:

Titular:

Amanda Packer Meurer Marques

Suplentes:

Sebastião Nunes Amaral Moto

Rosinete Paula Ferreira

REPRESENTANTE DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Titular:

Denis Francis Valim

DELEGADOS GOVERNAMENTAIS

Titulares:

Juçara Ferreira Berta Santana

Caroline Perovano Piva

Natacha Madeira de Oliveira Santhiago

Suplentes:

Jaqueline do Rocio Alves Coelho

Nádia Mascarello

XI – Avaliação da Conferência Municipal de Assistência Social:

Total de fichas preenchidas pelas/os participantes: 86

Total de fichas preenchidas pelas/os conselheiras/os: 15

AVALIAÇÃO PELAS/OS PARTICIPANTES:

Condição de participação:

Usuária/o do SUAS: 11

Trabalhadora/trabalhador do SUAS governamental: 56

Trabalhadora/trabalhador do SUAS não-governamental: 12

Organização da Sociedade Civil: 8

a) Organização da Conferência Municipal de Assistência Social. Registro consolidado das avaliações preenchidas pelas/os participantes, contendo o quantitativo de avaliações em cada um dos itens de organização da Conferência, considerando as categorias “ótimo”, “muito bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

Itens a serem avaliados	Ótimo	Muito bom	Regular	Ruim	Péssimo
Mobilização e preparação Atividades previamente realizadas para obter uma participação maior, mais representativa e mais qualificada na Conferência Municipal	40	37	5	2	2
Local e infraestrutura Espaço físico e logística da organização da Conferência Municipal	61	24	1		
Acessibilidade Adequação do espaço físico, tecnologias assistivas, intérprete de LIBRAS, equipe de apoio e demais condições para a participação das pessoas com deficiência	53	29	3	1	
Programação Atividades e horários previstos para a Conferência Municipal	35	32	18		1

Participação Envolvimento ativo dos delegados e demais presentes nas atividades realizadas, nos debates e na tomada de decisões da Conferência Municipal	36	39	9	1	1
--	----	----	---	---	---

AVALIAÇÃO PELAS/OS PARTICIPANTES:

a) Tema da Conferência e Eixos da Conferência (relevância e clareza):

	Ótimo	Muito bom	Regular	Ruim	Péssimo
Tema da Conferência: "Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!"	10	3	1		
Eixo 1 - Financiamento	9	5	1		
Eixo 2 - Controle Social	8	4	2		
Eixo 3 - Articulação entre segmentos	9	4	1		
Eixo 4 - Serviços, Programas e Projetos	8	5	1		

Eixo 5 - Benefício e transferência de renda	8	4	2		
---	---	---	---	--	--

b) Trabalhos em grupo para debate dos Eixos e definição das propostas de deliberação da Conferência Municipal de Assistência Social

	Ótimo	Muito bom	Regular	Ruim	Péssimo
Trabalho em Grupo - Eixo 1	10	4	1		
Trabalho em Grupo - Eixo 2	6	4	3		
Trabalho em Grupo - Eixo 3	6	5	1		
Trabalho em Grupo - Eixo 4	5	7	1		
Trabalho em Grupo - Eixo 5	5	7	1		

c) Avaliação Final pelas/os Conselheiras/os Municipais de Assistência Social: resultado da discussão realizada pelo CMAS depois de realizada a Conferência Municipal

Aspectos positivos	Aspectos negativos	Demais considerações
Local, Programação, Palestra principal. Bastante participação, local, boa organização dentro do possível com a falta de luz, boa divulgação. A discussão proporcionou maior debate sobre as demandas apresentadas e o conhecimento de todos os setores e suas	Condições climáticas; pequenos atrasos entre um momento e outro. Falta de organização no final. Pouco tempo para discussão, há necessidade em repensar mais horas para a conferência,	Foi uma conferência muito importante, marcou um momento para repensarmos o SUAS, e apresentarmos propostas bem alinhadas com os desafios que precisam ser enfrentados e superados, para assim podemos promover os avanços e consolidação

<p>realidades, assim como, a oportunidade de opinião e expectativas diante as necessidades apresentadas.</p> <p>Momento histórico de retomada, um bom engajamento.</p> <p>A diversidade das propostas.</p> <p>Ótimo.</p> <p>As orientações assertivas da equipe da LabSocial, a organização do evento e envolvimento da equipe para o resultado que esperávamos.</p> <p>A condução da conferência pela empresa contratada. Ótimo espaço físico. Bons palestrantes.</p>	<p>principalmente para poder seguir com o regimento interno e não causar tumultos desnecessários.</p> <p>Pouco tempo, falta de alguns aspectos mais minuciosos no regimento.</p> <p>A demora para as deliberações pela falta de consenso entre alguns grupos.</p> <p>As definições das propostas prioritárias na plenária final e a falta de luz atrapalhou.</p> <p>Pouca participação dos usuários.</p>	<p>necessária para a o fortalecimento da Política de Assistência Social em todos os âmbitos.</p> <p>Acredito ser necessário termos uma equipe específica pronta para assumir leitura das moções e eleição dos delegados no final, para que não fique a tarefa para a equipe que já trabalhou a conferência toda e chega ao final bastante esgotada.</p> <p>A conferência em sua totalidade foi ótima, bem organizada, com excelente representatividade, o eixo em que participei foi bem representando e as professoras envolvidas dirigiram com grande maestria e de fácil interpretação das ideias apresentadas.</p> <p>Fica apenas a sugestão de período maior para a discussão final e leitura de moções para as aprovações.</p> <p>Comunicar mais para fazer melhor</p> <p>No meu ponto de vista, a Conferência de Joinville foi um avanço no que tange o SUAS que queremos que aconteça em nosso município.</p>
--	--	---

		Equipe organizadora merece os parabéns.
--	--	---

d) Data de finalização do registro da Conferência Municipal de Assistência Social:

27/07/2023

e) Nome/assinatura das/os responsáveis pelo preenchimento deste registro:

Documento assinado digitalmente
gov.br JUCARA FERREIRA BERTA SANTANA
Data: 10/08/2023 10:17:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretária Executiva do CMAS

f) Nome/Assinatura do CMAS:

Documento assinado digitalmente
gov.br RUTE BITTENCOURT
Data: 10/08/2023 11:26:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente do CMAS

Vice-Presidente do CMAS



Reconstrução do SUAS
**o SUAS que
temos e o SUAS
que queremos!**